



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
REITORIA DO IFRS
PRO-REITORIA DE ENSINO (REITORIA)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2024 - PROEN-REI (11.01.01.04)

Nº do Protocolo: 23419.000213/2024-19

Bento Gonçalves-RS, 19 de janeiro de 2024.

Normatiza as Diretrizes de Direitos e Deveres dos Estudantes do
Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS

O PRÓ-REITOR DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Nº 79, de 10 de março de 2021, normatiza as diretrizes de direitos e deveres dos estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS

Dos Princípios Norteadores

Art. 1º. A concepção político-pedagógica que orienta este capítulo que trata do Regulamento de Direitos e Deveres dos Estudantes, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), orienta-se pela promoção do processo de corresponsabilidade, de construção de relações de cooperação, da participação e de construção do conhecimento da realidade e da cidadania.

Art. 2º. A concepção político-pedagógica sobre a convivência dos estudantes do IFRS, contextualizada nos seus direitos e deveres, tem como fundamentos:

- I. A construção coletiva de noções de tolerância, diálogo, empatia, solidariedade, compreensão e construção da cidadania;
- II. A construção de protocolos que reordenam a preservação da segurança, da integridade física, emocional e moral dos estudantes;
- III. A construção de protocolos que restituam a dignidade e preservem, sobretudo, os direitos democráticos de livre organização e expressão;
- IV. A criação e a restauração dos laços sociais rompidos, compensação de danos sofridos e criação de um compromisso coletivo de inclusão e de responsabilidade social;
- V. A consolidação de práticas para a solidificação de uma democracia participativa, que fortaleça o cidadão, ao mesmo tempo em que o faz assumir um papel de pacificador de seus próprios conflitos;
- VI. A promoção do equilíbrio entre direitos e deveres individuais e coletivos, de forma a garantir o respeito à cidadania, à diferença e à prática da solidariedade e reciprocidade;
- VII. O conceito de segurança cidadã baseado em um controle social democrático, multicultural e não violento, que parte da afirmação dos direitos da cidadania a serem transmitidos pelas ações das instituições de socialização e das organizações de controle social formal.

Art. 3º. A construção de uma cultura de convivência democrática é responsabilidade de todos que constituem a comunidade do IFRS, em especial daqueles diretamente envolvidos na gestão institucional e nos processos de ensino e de aprendizagem.

Art. 4º. As normas definidas por este capítulo, que trata do Regulamento de Direitos e Deveres dos Estudantes, devem ser consideradas como instrumentos a serviço da formação integral dos estudantes.

Art. 5º. A aplicação das normas de convivência deverá ser feita sob o princípio de que esta é uma prática educativa, sendo garantida a escuta de todas as partes envolvidas.

Dos Objetivos e Finalidades

Art. 6º. O presente capítulo, que trata do Regulamento de Direitos e Deveres dos Estudantes, tem por objetivo regulamentar o conjunto de direitos, deveres e procedimentos relativos ao corpo discente do IFRS em sua atuação nas atividades acadêmico-científicas, formativas e de representação, tendo em vista a preservação da segurança, da integridade física, psíquica e moral e da dignidade dos estudantes, bem como a preservação dos direitos democráticos, de livre organização, expressão, manifestação e direito à informação.

Das Competências do IFRS e de todas as suas Unidades Organizacionais

Art. 7º. Promover a divulgação e reflexão deste capítulo, que trata do Regulamento de Direitos e Deveres dos Estudantes, através de um processo educativo contínuo.

Art. 8º. Promover ações de integração com a comunidade, de forma a estabelecer relações de cooperação e pertencimento.

Art. 9º. Caberá aos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs), aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e aos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero (NEPGEs) a implementação de ações de capacitação anuais para servidores, estudantes e prestadores de serviço, instrumentalizando-os para a efetiva contribuição com a adaptação à vida acadêmica, em consonância ao Artigo 2º da Resolução nº 022/2014, que trata sobre a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

Dos Direitos e Deveres dos Estudantes

Art. 10. São direitos dos estudantes:

- I. Ser sujeito de um processo educativo de qualidade, dentro dos marcos referenciais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS;
- II. Ter reconhecidos e valorizados seus saberes adquiridos no Instituto, no trabalho, na família e na vida;
- III. Ser respeitado(a) por seus/suas colegas e educadores(as) e a não sofrer bullying ou nenhum tipo de preconceito, seja social, econômico, etário, de gênero, raça, cor, etnia, orientação sexual, opção religiosa ou de qualquer outra natureza;
- IV. Participar da discussão dos critérios de avaliação, junto com o docente, no início do período letivo e/ou em relação a cada instrumento de avaliação;
- V. Recorrer do resultado da avaliação, quando se fizer necessário;
- VI. Receber condições estruturais adequadas para o bom desenvolvimento de seu processo educativo;
- VII. Ter acesso à bibliografia necessária para o curso de sua vivência acadêmica, inclusive àquela que se relacione a sua formação global enquanto ser humano;
- VIII. Recorrer de qualquer ação institucional pela qual se sinta prejudicado(a), desde que dentro dos prazos previstos para tal e com a devida justificativa;
- IX. Sendo estudante do Ensino Médio, ter acesso à alimentação nutritiva, de qualidade e que propicie condições para o bom desenvolvimento de sua vivência acadêmica, conforme legislação vigente;
- X. Participar dos processos de decisão do IFRS e no seu campus específico, segundo o princípio da gestão democrática, nas questões administrativas e pedagógicas;
- XI. Organizar-se em suas instâncias de representação estudantil, recebendo da Instituição os meios necessários.

Art. 11. São deveres dos estudantes:

- I. Comprometer-se com o processo de ensino e de aprendizagem, buscando sempre contribuir para o sucesso deste, propondo sempre melhorias e aperfeiçoamentos;

- II. Respeitar seus/suas colegas, educadores(as) e demais membros da comunidade interna e externa;
- III. Ser respeitoso e cortês com os colegas, os diretores, os docentes, os servidores técnico-administrativos e os colaboradores, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- V. Zelar pelo patrimônio do IFRS, seja ele de uso comum ou que esteja sob sua guarda, responsabilizando-se por qualquer dano que cause;
- V. Apresentar-se para seus compromissos acadêmicos com pontualidade e assiduidade, salvo em situações excepcionais, que devem ser devidamente justificadas;
- VI. Tratar com responsabilidade os compromissos assumidos junto a seus/suas colegas e docentes, assumindo as consequências de seus atos e comprometendo-se com as medidas educativas propostas pela Instituição, quando estas se fizerem necessárias;
- VII. Integrar e comprometer-se com as ações de sustentabilidade desenvolvidas no ambiente escolar;
- VIII. Manter-se atualizado em relação às normas vigentes no IFRS e no campus em que está matriculado.

Art. 12. Qualquer pessoa que tome conhecimento do descumprimento de um ou mais desses direitos ou deveres, em caso de não ter sido possível intermediar a resolução com os envolvidos, poderá apresentar manifestação formal por escrito com descrição detalhada ou encaminhá-la junto ao Setor de Ensino ou setor responsável dos campi do IFRS.

Art. 13. O Setor de Ensino ou setor responsável do campus, tendo recebido uma manifestação de descumprimento de um ou mais direitos ou deveres, pelos estudantes ou relacionado a estes, deve primeiramente acolher a manifestação e formalizá-la, em registro efetuado de comum acordo com quem buscou esse apoio.

Parágrafo Único. Acolher uma manifestação implica em uma postura dos profissionais de educação que favoreça a construção de uma relação de confiança e compromisso entre os estudantes e a Instituição, contribuindo para a promoção de uma cultura de solidariedade.

Art. 14. O Setor de Ensino ou setor responsável, a partir da formalização da situação, efetuará os procedimentos abaixo descritos, realizando o registro de cada um deles:

- I. Reunião de equipe para análise da situação;
- II. Escuta dos demais envolvidos(as), quando necessário;
- III. Definição dos encaminhamentos pedagógicos;
- IV. Retorno aos envolvidos em até 10 (dez) dias úteis.

Art. 15. Em caso da não obtenção de êxito na resolução da situação desencadeadora através dos procedimentos mencionados no Art. 14, a Direção de Ensino ou Setor Responsável designará uma Comissão Disciplinar Estudantil, com objetivos e prazos determinados, composta pelas seguintes representações:

- I. Coordenação de Curso ou um representante do Colegiado de Curso escolhido entre seus pares.
- II. 2 (dois) membros da Equipe Pedagógica do Setor de Ensino do campus, incluído entre estes 1 (um) profissional da Assistência Estudantil;
- III. Em caso da situação envolver bolsistas de pesquisa ou extensão, estagiários ou monitores, fará parte dessa Comissão o servidor orientador ou supervisor;
- IV. 1 (um) estudante membro das instâncias representativas do segmento estudantil, relacionada ao seu nível/etapa de ensino (Grêmios Estudantis ou Diretório Acadêmico);
- V. Diretor de Ensino ou servidor por ele indicado.

Art. 16. A Comissão Disciplinar Estudantil, convocada pela Diretoria de Ensino ou por servidor por ela designado, efetuará os procedimentos a seguir indicados, realizando o registro de cada um deles:

- I. Análise dos registros da situação;
- II. Análise dos encaminhamentos pedagógicos efetuados pelo Setor de Ensino ou Setor Responsável;
- III. Convocação de pessoas para esclarecimento dos registros, quando necessário;
- IV. Proposição de encaminhamentos pedagógicos, processos administrativos e/ou civis, conforme a exigência do caso;
- V. Retorno aos envolvidos, mediante parecer.

Parágrafo Único. Todas as discussões e encaminhamentos efetuados pela Comissão Disciplinar Estudantil deverão seguir a legislação vigente e observar o zelo para com o tratamento das informações, objetivando preservar a dignidade e evitar a exposição desnecessária dos envolvidos.

Art. 17. Entende-se por ações pedagógicas específicas:

I. A advertência, entendida como uma notificação feita por escrito e aplicada em casos de recorrência;

II. A suspensão, entendida como o afastamento do(s) estudante(s) das aulas:

a. por um período não inferior a 1 (um) nem superior a três (3) dias letivos, em caso de estudante(s) suspenso pela primeira vez;

b. por no mínimo 3 (três) e não superior a 10 (dez) dias letivos, em casos de recorrência.

III. No caso de suspensão das aulas, o estudante terá obrigação de realizar atividades educativas relacionadas à temática dos acontecimentos em pauta, no campus ou fora dele, definidas e avaliadas pela Comissão Disciplinar Estudantil;

IV. Ao final do desenvolvimento das atividades educativas, a Comissão Disciplinar Estudantil indicará um representante que deverá reunir-se com o(s) estudante(s) para a reflexão sobre o processo educativo e sua relação com novas possibilidades de convivência.

Art. 18. A aplicação das ações pedagógicas específicas será justificada em parecer fundamentado, a ser confeccionado pela Comissão Disciplinar Estudantil, de acordo com o caso em análise, e entregue, juntamente com os demais registros para arquivamento na Direção de Ensino.

Parágrafo Único. A Comissão Disciplinar Estudantil deve dar ciência de seu parecer ao(s) estudante(s), ou seu responsável, se menor de idade, em até 10 (dez) dias úteis do recebimento de sua convocação, acompanhada pela Direção de Ensino.

Art. 19. O estudante tem direito ao recurso, e em caso de discordância com o parecer da Comissão Disciplinar Estudantil, este pode recorrer à Direção de Ensino do campus.

§1º. Para recorrer da decisão da Comissão Disciplinar Estudantil, o(s) estudante(s), ou seus responsáveis, no caso de o(s) estudante(s) ser(em) menor(es) de 18 (dezoito) anos, deve(m) fazê-lo por escrito, fundamentando os motivos da discordância da decisão, em até 5 (cinco) dias úteis, da assinatura da ciência do parecer.

§2º. A Direção de Ensino deve dar ciência ao estudante do parecer quanto ao recurso, em até 5 (cinco) dias úteis, acompanhada de seus responsáveis, no caso de o(s) estudante(s) ser(em) menor(es) de idade.

Art. 20. É dever de toda a comunidade acadêmica do IFRS conhecer e divulgar este capítulo, que trata do Regulamento de Direitos e Deveres dos Estudantes, respeitando-o e zelando para que todos o cumpram.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 19/01/2024 15:38)

LUCAS CORADINI

PRO-REITOR(A)

PROEN-REI (11.01.01.04)

Matrícula: ###649#2

Visualize o documento original em <https://sig.ifrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, data de emissão: **19/01/2024** e o código de verificação: **a394aaa8d4**